



# A Santa Sé

---

## **DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AOS DIRIGENTES E FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ITALIANO (INPS)**

*Sábado, 7 de Novembro de 2015*

---

### **[Multimídia]**

*Queridos irmãos e irmãs!*

Com profunda cordialidade dirijo a minha saudação a vós, funcionários e dirigentes do Instituto Nacional da Previdência Social, que vieram aqui em audiência pela primeira vez na história secular desta entidade. Muito obrigado! Obrigado pela vossa presença — sois deveras numerosos! — e obrigado ao vosso Presidente pelas suas amáveis palavras.

A vários níveis, vós honrais a delicada tarefa de tutelar alguns direitos ligados ao exercício do trabalho; direitos baseados na própria natureza da pessoa humana e na sua dignidade transcendente. De maneira muito particular, está confiada ao vosso cuidado a que gostaria de definir a *preservação do direito ao descanso*. Refiro-me não só àquele repouso que é suportado e legitimado por uma ampla série de prestações sociais (desde o dia de pausa semanal até às férias, aos quais cada trabalhador tem direito: cf. João Paulo II, Carta enc. *Laborem exercens*, 19), mas também e sobretudo a uma dimensão do ser humano que não deixa de ter raízes espirituais e pela qual também vós, na parte que vos diz respeito, sois responsáveis.

Deus chamou o homem ao descanso (cf. *Êx* 34, 21; *Dt* 5, 12.15) e Ele próprio quis ser partícipe nele no sétimo dia (cf. *Êx* 31, 17; *Gn* 2, 2). O repouso, na linguagem da fé, é portanto uma dimensão humana e ao mesmo tempo divina. Porém, com uma prerrogativa única: a de não ser uma simples abstenção do cansaço e do empenho habitual, mas uma ocasião para viver plenamente a própria criaturalidade, elevada à dignidade filial pelo próprio Deus. A exigência de «santificar» o descanso (cf. *Êx.* 20, 8) está então ligada àquela — reproposta semanalmente pelo domingo — de um tempo que permita atender à vida familiar, cultural, social e religiosa (cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 67).

De uma certa forma, vós sois também colaboradores do justo descanso dos filhos de Deus. Na multiplicidade de serviços que prestais à sociedade, tanto em termos assistenciais quanto previdenciais, vós contribuís para pôr as bases a fim de que o repouso possa ser vivido como dimensão autenticamente humana, e por esta razão aberta à possibilidade de um encontro vivo com Deus e com os outros.

Isto, que é uma honra, torna-se ao mesmo tempo uma obrigação. Com efeito, sois chamados a encarar desafios cada vez mais complexos. Eles provêm quer da sociedade hodierna, com a criticidade dos seus equilíbrios e a fragilidade das suas relações, quer do mundo do trabalho, chagado pela insuficiência de emprego e pela precariedade das garantias que consegue oferecer. E se vivemos assim, como é possível repousar? O descanso é o direito que todos temos quando trabalhamos; mas se a situação de desemprego, de injustiça social, de trabalho não declarado, de precariedade é tão forte, como posso descansar? O que dizemos? Podemos dizer — é vergonhoso! — «Ah, tu queres trabalhar?» — «Sim!» — «Muito bem, façamos um acordo: tu vais começar a trabalhar em Setembro, mas até Junho, e também Julho, Agosto, e parte de Setembro não comes, não te repousas...» Isto acontece hoje! E acontece hoje no mundo inteiro, e aqui; acontece hoje em Roma, também! Repouso, porque há trabalho. Caso contrário, não se pode descansar.

Até há algum tempo era bastante comum associar o objectivo da reforma com o alcance da chamada terceira idade, na qual gozar o merecido repouso e oferecer sabedoria e conselho às novas gerações. A época contemporânea mudou de modo significativo os ritmos. Por um lado, a eventualidade do repouso foi antecipada, por vezes diluída no tempo, outras vezes renegociada até aos extremismos aberrantes, como o que chega a desnaturar a própria hipótese de uma cessação do trabalho. Por outro, não deixaram de existir as exigências assistenciais, quer para quem perdeu ou nunca teve um trabalho, quer para quem é obrigado a interrompê-lo por vários motivos. Tu interrompes o trabalho e a assistência médica deixa de existir...

A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não falem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o *direito* à reforma, e sublinho: o *direito* — a reforma é um direito! — porque disto se trata. Estai conscientes da altíssima dignidade de cada trabalhador, ao serviço do qual vós prestais a vossa obra. Apoiando o rendimento durante e depois do período de trabalho, contribuís para a qualidade do seu empenho como investimento para uma vida de dimensão humana.

Aliás, trabalhar significa prolongar a obra de Deus na história, contribuindo para ela de forma pessoal, útil e criativa (cf. *ibid.*, 34). Apoiando o trabalho vós apoiáis esta mesma obra. E além

disso, garantindo uma subsistência digna a quem deve deixar a actividade profissional, vós afirmais a sua realidade mais profunda: de facto, o trabalho não pode ser uma mera engrenagem no mecanismo perverso que esmaga recursos para obter lucros cada vez maiores; portanto, o trabalho não pode ser prolongado nem reduzido em função do lucro de poucos e de formas produtivas que sacrificam valores, relações e princípios. Isto é válido para a economia em geral, que «não pode mais recorrer a remédios que são um novo veneno, como quando se pretende aumentar a rentabilidade reduzindo o mercado de trabalho e criando assim novos excluídos» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 204). E é válido, analogamente, para todas as instituições sociais, cujo princípio, sujeito e fim é e deve ser a pessoa humana (cf. Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, 25). A sua dignidade nunca pode ser prejudicada, nem sequer quando deixa de ser economicamente produtiva.

Alguns de vós podem pensar: «Mas que estranho, este Papa: primeiro fala-nos de repouso, e depois diz todas estas coisas sobre o direito ao trabalho!». São aspectos relacionados! O verdadeiro repouso deriva precisamente do trabalho! Podes descansar quando tens a certeza de ter um trabalho estável, que te dá dignidade, a ti e à tua família. E podes repousar-te quando na velhice estás certo de ter a reforma que é um direito. Os dois estão relacionados: o verdadeiro descanso e o trabalho.

*Não esquecer o homem*: este é o imperativo. Amar e servir o homem com consciência, responsabilidade, disponibilidade. Trabalhar para quem trabalha, é não por último para quem gostaria de o fazer mas não pode. Fazê-lo não como obra de solidariedade, mas como dever de justiça e de subsidiariedade. Apoiar os mais débeis, para que não falte a ninguém a dignidade e a liberdade de levar uma vida autenticamente humana.

Muito obrigado por este encontro. Invoco sobre cada um de vós e as vossas famílias a bênção do Senhor. Garanto-vos a minha recordação na oração e peço-vos, por favor, que rezeis por mim.